
O PENSAMENTO NEGADO *
Uma viagem insólita à superfície das redações
*Glauco Rodrigues Cortez ***

Resumo: O trabalho busca uma abordagem transdisciplinar através do estudo de pensadores de ciências naturais (física e química) e de áreas como psicologia social, literatura, sociologia e comunicação. Através deles, problematiza a racionalidade científica e filosófica que estruturou o pensamento ocidental e analisa como esse pensamento entendeu a loucura nos últimos séculos. A partir desse estudo (parte teórica) e de entrevistas qualitativas com jornalistas (abordagem de campo), tenta-se entender a situação do comunicador diante do processo de produção de notícias. Faz-se uma confluência entre o discurso teórico e o discurso da prática cotidiana da imprensa para entender o uso de conceitos de comunicação como regra, norma, padrão, erro, loucura, certeza e outros.

Palavras-chave: interdisciplinaridade, jornalismo, paradigma, racionalidade, loucura, regra, cultura e verdade

Abstract: *This paper tries to establish an interdisciplinary approach through the study of thinkers of the natural sciences (physics and chemistry) and of fields such as social psychology, literature, sociology and communication. Through them, we discuss the scientific and philosophical rationality which was the basis of western thought in order to analyse how this thought understood madness in the last centuries. From this study (theoretical part) and qualitative interviews with journalists (field approach), we try to understand the situation of communicators before the process of producing the news. When then combine the theoretical speech and the speech used by everyday press in order to understand the concepts of communication as rule, norm, pattern, mistake, madness, certainty and others.*

Key words: *interdisciplinarity, journalism, pattern, rationality, madness, rule, culture and truth.*

1. APRESENTAÇÃO

Dentro de inúmeras leituras que podem ser feitas sobre a presença e as conseqüências da racionalidade científica dentro do jornalismo contemporâneo, este trabalho busca aprofundar-se em conceitos como regra, padrão, norma e, conseqüentemente, erro, certeza e loucura. Através deles, traça a situação de um possível ator social, o jornalista, e seu embate com a herança dessa racionalidade. Foram feitas cinco entrevistas qualitativas, longos depoimentos, com jornalistas que atuam na grande imprensa do Brasil, como *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, Editora Abril e Rede Globo. Nessas entrevistas, eles são questionados sobre a sua profissão, como fazem o trabalho e que avaliação fazem da atividade. Na fala dos entrevistados, apesar de todos serem empregados de grandes empresas de informação, há diferenças de pontos de vista. Só para exemplificar, o jornalismo é visto como prática da intuição sensível e como técnica inviolável; há uma preocupação ética forte e uma pressão para o ceticismo e cinismo; a notícia carrega valores pessoais, mas tem de ser objetiva, neutra e isenta. Em certo momento, um dos entrevistados diz que o jornalismo é um serviço público, mas “desconfia” de que seu trabalho não tem nada a ver com o próprio público leitor. Toda essa complexidade tenta ser explorada à luz de pensadores

como Foucault, Cangilhem, Jussara Carvalho, Rouanet, Jurandir Freire Costa e outros.

1.1 Parte 1

Existe um dito dentro da redação do *Estado de S. Paulo* que é o seguinte: “o dia em que a gente descobrir que o trabalho que nós fazemos é para o doutor Júlio (Júlio Mesquita, desse jornal) e não diretamente para o público, vai perder muito a graça da profissão”.¹

Nessa primeira citação, já é possível constatar uma primeira contradição entre o que é público e o que é privado. Ao mesmo tempo em que se trabalha para o dono do jornal faz-se, ou “pensa-se” estar fazendo, um serviço público: o ato de informar. Isto se apresenta como a primeira ambigüidade dessa profissão. Não nos interessam os conceitos de público e privado, não é esse o caminho deste trabalho, mas a ambigüidade dos dois num só espaço. Também não é nossa intenção estabelecer uma moral que os separe, já que, muitas vezes, eles estão juntos, mas a ambigüidade acontece no momento em que se utiliza um em nome do outro e vice-versa. Se o jornalismo privado cumpre-se dentro de um espaço público, quem tem o direito de informar: o proprietário, o profissional ou o Estado? Esta questão ingênua permite inferir outra: o que fazem os empresários para fugirem desse questionamento? A esta pergunta, a diretoria da empresa responde através de conceitos como: verdade, pluralidade, objetividade, técnica, neutralidade e, mais recentemente, com o conceito de apertidarismo.

* Data de recebimento para publicação: 27/04/1998.

** Professor da Universidade São Judas Tadeu, mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP) e doutorando no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

¹ FERNANDES, Mário Leite, editor do jornal *O Estado de S. Paulo*. Entrevista 2.

Apesar de desgastada, a questão da neutralidade, objetividade e isenção não deve ser desprezada sob a ótica da cultura científica. A ciência ocidental vem, há cerca de 400 anos, trabalhando com esses mesmos conceitos. Francis Bacon, no século XVII, tenta descrever um método rigoroso que possibilite a descrição matemática da natureza. Para Descartes, “o universo é uma máquina, nada além de uma máquina, sem propósito, vida ou espiritualidade”². Por fim, a mecânica de Newton prova, cientificamente, que o mundo é uma máquina perfeita, que funciona como uma cadeia linear de causa e efeito, ou seja, qualquer sistema, em princípio, pode ser previsto com certeza absoluta.

*A ciência newtoniana descobriu uma lei universal, à qual obedecem os corpos celestes e o mundo sublunar. É a mesma que faz cair as pedras para o solo e os planetas girar à volta do Sol. Este primeiro sucesso nunca foi desmentido. Grande número de fenômenos obedecem a leis simples e matemáticas. Mas, desde então, a ciência parecia mostrar que a natureza não é senão um autômato submisso.*³

A visão dessa ciência, a qual a civilização ocidental sustentou obstinadamente durante os últimos séculos, é a de uma natureza capaz de ser descrita objetiva e nitidamente: uma ciência que, em seu próprio conceito, detém uma ordem imparcial e neutra por se utilizar de uma linguagem matemática, de símbolos universais; a ciência que se acredita isenta de valores, mas que não só acredita, como bem alerta Adorno e Horkheimer⁴, à ciência mitificou-se, dogmatizou-se, o que faz com que esta questão não esteja só no discurso dos grandes meios de informação como uma imposição, mas, se ela resiste há tanto tempo, é porque é parte da nossa cultura.

A abstração máxima dessa influência que caracteriza o jornalismo da sociedade urbano-industrial é a implacável ciência de Otto Groth. Ele estabelece leis científicas que vão determinar o que é, fundamentalmente, a ciência jornalística.⁵ Assim como Isaac Newton, Groth descobre leis matematicamente determináveis. Para o racionalismo científico clássico, o jornalismo pode ser visto como um fenômeno objetivamente descrito em leis. Os fatos jornalísticos devem ser analisados como objetos que, empiricamente, podem ser comprovados e desvendados pela ciência da comunicação. Não existe relação ou alguma interferência entre o sujeito observador e o objeto jornalístico. São entidades independentes.

Isso é resultado de uma “concepção instrumentalista e unidimensional da natureza que a reduz a uma matéria-prima sobre a qual o homem soberano inscreve o sentido histórico do processo de desenvolvimento”⁶. A

ciência - ou sua cultura - então, provoca uma “ruptura ontológica entre o homem e a natureza”⁷. Isso permite à ordem comunicacional contemporânea separar o jornalista, de uma forma irremediável, do seu objeto de trabalho.

*O texto jornalístico não difere muito de pessoa para pessoa. Quer dizer, o valor é diferente para cada um e para cada sociedade. Mas dentro do jornalismo, nós temos aquele princípio básico que é: quem-quando-como-onde-por que, a pirâmide invertida, e dificilmente um texto deve sair disso.*⁸

1.2 Parte 2

Toda essa cultura começa a ser questionada dentro da própria ciência natural do século XX. O bioquímico Ilya Prigogine e os físicos Newton Bernardes e Fritjof Capra dão exemplos, dentro de suas disciplinas, da penumbra indistinta em que se situam o sujeito conhecedor e o objeto do conhecimento. Capra abandona o ideal clássico de objetividade científica⁹; Newton Bernardes mostra como a linguagem vicia o pensamento ao substantivar entidades que não são autônomas¹⁰, e Ilya Prigogine bem como a filósofa Isabella Stenger já utilizam o conceito de cultura no interior do experimentalismo. Para os dois, não é possível abandonar a cultura e fazer ciência com a imparcialidade dos deuses.

*Minha decisão consciente acerca de como observar, digamos, um elétron determinará, em certa medida, as propriedades do elétron. Se formulo uma pergunta sobre a partícula, ele me dá uma resposta sobre a partícula; se faço uma pergunta sobre a onda, ele me dá uma resposta sobre a onda. O elétron não possui propriedades objetivas independentes da minha mente. Na física atômica, não pode mais ser mantida a nítida divisão cartesiana entre matéria e mente, entre o observado e o observador. Nunca podemos falar da natureza sem, ao mesmo tempo, falarmos de nós mesmos.*¹¹

Se herdamos das ciências naturais a rigidez da cultura do método de conhecimento isento, buscamos nela própria o seu questionamento. Na comunicação, a interpessoalidade inerente, conceitos de objetividade, neutralidade, verdade, apartidarismo e outros associados à questão das técnicas da notícia só podem servir, então, para elidir o espaço público da discussão. É comum o discurso da mídia dizer que só existe uma forma de transmitir uma notícia. A verdadeira, a racional, ou melhor, “a que o leitor quer”. Tanto para o pesquisador quanto para o jornalista, ambos formados pelo paradigma clássico, é invocada uma extraterritorialidade narrativa que os ausenta de ser um homem (sujeito) inscrito no seu universo de atuação. As redações reconhecem esse envolvimento, mas trabalham com o objetivo do ideal de distanciamento em seu

² CAPRA, Fritjof. *O Ponto de Mutação*. São Paulo: Cultrix, p. 50.

³ PRIGOGINE, Ilya e STENGER, Isabella. *A Nova Aliança: metamorfose da ciência*. Brasília: Universidade de Brasília, 1984, p. 5.

⁴ ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

⁵ MEDINA, Cremilda. *Notícia: um produto à venda*. São Paulo: Summus, 1988.

⁶ SANTOS, Boaventura Souza. *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989, págs. 65 e 66.

⁷ Idem. *Ibidem*, págs. 65 e 66.

⁸ Entrevista 02.

⁹ CAPRA, F. Op. Cit. e *O Tao da Física*. São Paulo: Cultrix, 1983.

¹⁰ BERNARDES, Newton. “O Dilema da Física Moderna” in: *Novo Pacto da Ciência*. MEDINA, C. (org.). São Paulo: ECA/USP, 1991. p.140.

¹¹ CAPRA, F. *O Ponto de Mutação*. São Paulo: Cultrix, p.81.

discurso. Elas realmente praticam a imparcialidade dentro do seu entendimento de imparcialidade ou do conceito de imparcialidade de quem as comanda. A frase “o que o leitor quer” deve ser entendida como um eufemismo de “o que eu quero”. Na busca por uma linguagem não valorativa dentro de sua ordem, a mídia produz notícias e a desvalorização do sujeito jornalista. Um sujeito desvalorizado e, conseqüentemente, desvalorativo, como veremos mais à frente. Por exemplo, em um seminário interno realizado pelo jornal *Folha de S. Paulo* sobre um novo manual de redação a ser implantado:

*Com esse novo manual de redação que saiu, nós tivemos um seminário interno, e o Matinas Suzuki foi bem claro. A Folha é um produto assim como a Coca-Cola. Tem que ter uma identidade, não dá para ficar mudando. O leitor deve consumir o produto que ele sempre consumiu. Então, não tem por onde ir. Ficou muito claro, muito explícito. O jornal é um produto que tem uma fórmula e que o jornalista não pode mudar, senão o consumidor não gosta. É uma imagem bem comercial.*¹²

A “informação-Coca-Cola” é a linha mestra que atravessa, penetra e perpassa as esferas pública e política. Isso porque os jornais noticiam o tempo todo assuntos intrincados à questão do Estado; eles fazem relatos de criminalidade diariamente (mas não é possível falar em criminalidade sem se pensar em Poder Legislativo. Só existe delito, parece óbvio, se existe legislação para discriminá-lo. Um não existe sem o outro). Da mesma forma, temos noticiários intensos sobre a própria política, economia, saúde pública, ecologia, comportamento, artes e espetáculos, e tantos outros que são assuntos não só ligados à política do país, mas são essencialmente manifestações da vida pública. Diante disso, não dá para dizer que informação não pode ser “Coca-Cola”, por mais engraçado que possa parecer. Informação é um produto relacional; Coca-Cola é um produto substantivo, pelo menos em princípio. Sua fórmula não muda com o tipo de governo, nem sua tonalidade, nem o seu sabor. Mas a informação sim e muito. Verifiquemos essa fala:

*O Jornal da Tarde na minha época (de 1966 até os primeiros anos da década de 70) se dispensava de se debruçar sobre questões importantes, questões políticas, porque havia censura. Então, como isso não era mesmo possível, houve um certo desvio para o lado mais formal.*¹³

1.3 Parte 3

O jornalismo moderno insiste em se apresentar com uma razão sábia capaz de eliminar paixões, fins e valores. Assim como mostra Rouanet sobre o Iluminismo, a razão jornalística acredita estar “apta a libertar-se do irracional”¹⁴

e “afastar a influência perturbadora dos afetos”¹⁵. A razão jornalística reconhece sua vulnerabilidade assim como a razão sábia de Rouanet, mas não a aceita, não a admite, não a permite. Ou seja, o jornalismo reconhece a existência de uma “razão enriquecida”, mas a ignora frente às estratégias pragmático-comerciais. A esfera pública, então, é deslocada do conceito de notícia.

Dessa forma, a dualidade público/privado produz no profissional de comunicação uma nova ambigüidade: a exigência de responsabilidade (ética) do jornalista por atuar numa esfera pública e, concomitantemente, uma desobrigação de responsabilidade no sentido de se executar uma tarefa que é simplesmente um produto comercial ou que é feita em nome de outrem, isto é, do proprietário do jornal. Talvez se possa entender melhor esta questão se pensarmos que, por um lado, se exige do jornalista, por parte da esfera pública, uma atividade intelectual atenta e preocupada e, por outro lado, por parte da empresa, uma atividade tecno-mecânica sustentada por conceitos que insistem numa objetividade, neutralidade e isenção. Observe-mos esse relato de um dos entrevistados:

*Como o trabalho de qualquer outra pessoa em qualquer empresa, a relação patrão/empregado é uma só. O patrão manda, o empregado obedece. Às vezes, o jornalista tem uma perspectiva bastante diferente do que é feito e gostaria de implantá-la. Se existe espaço para negociar, ele sempre vai negociar; se não há espaço para negociar, subordina-se e está acabado. Ou insubordina-se e vai embora. Isso vale para um bancário, para um metalúrgico e para o jornalista. Não há nenhuma diferença. A diferença é que o produto do jornalista são idéias, enquanto o metalúrgico faz carro ou peças e o bancário faz faturas. A divergência nas discussões não se expressa tão dramaticamente no produto final nesses dois casos quanto se expressa no jornalista*¹⁶.

É justamente nessa peculiaridade jornalística, nessa dramaticidade do produto final, que o jornalismo se mostra, não como “qualquer outra”, mas como uma profissão diferenciada. O profissional do jornalismo encontra-se, portanto, inserido em duas ambigüidades superpostas: a do “público/privado” e a do “intelectual/operário”. É nessa montagem intrínseca da profissão, e não nos conceitos, que esta pesquisa investe.

1.4 Parte 4

O texto é só um instrumento, o jornalista é um meio entre a informação e o leitor.¹⁷

Eu acho que houve um ganho de qualidade muito grande no sentido dessa desideologização. Ou seja, ganhamos muito em objetividade, em neutralidade, em isenção com o fim da ditadura e com o avanço da

¹² WILNER, Adriana. Jornalista da Folha de S. Paulo. Entrevista 05.

¹³ WERNECK, Nelson. Jornalista da Abril. Entrevista 03.

¹⁴ ROUANET, Sérgio Paulo. “Razão e Paixão” in: *Os Sentidos da*

Paixão. São Paulo: Cia. das Letras, 1988, pág. 461.

¹⁵ Idem. Ibidem. p. 459.

¹⁶ PRIOLI, Gabriel. TV Globo. Entrevista 04.

¹⁷ Entrevista 02.

*democracia nos últimos anos. Estamos fazendo um jornalismo, eu acho, mais isento.*¹⁸

Num primeiro momento, o discurso das redações pode simular uma preocupação pública, mas, num segundo, faz com que o profissional se ausente dessa responsabilidade. A atividade instrumental do jornalismo não pode produzir a objetividade, a neutralidade ou a isenção porque ela já direcionou, antecipadamente, a atuação intelectual a um único caminho, selecionou temas de interesse, determinou um único modo de trabalhar a reportagem e legitimou certas omissões. Nesse momento, o discurso do poder já não se mostra exclusivamente no dono do jornal, mas está espalhado na tecnologia estrutural das relações da profissão. O próprio jornalista, que fala em “ganho de objetividade”, admite, na mesma entrevista, que “a opção é anterior à técnica”. Outro entrevistado, no entanto, sente-se estranho diante dessas ambigüidades:

*Achava que o jornalismo fosse uma coisa legal, de que eu gostaria, no qual existiria um ideal, no qual eu poderia fazer coisas interessantes, no qual eu teria uma certa autonomia. O jornalista é um operário. Eu sou uma operária. Eu fabrico notícias. E isso é uma coisa que o editor falou logo que eu entrei, que a notícia é um produto, que exige rapidez. Um caderno só permanece num jornal se ele tiver sucesso comercial, mesmo que seja uma coisa muito boa.*¹⁹

Diante desta força mecânico-comercial, qual a validade do código de ética da profissão? Como sustentar uma ética possível diante dessas ambivalências? Esse é um dos temas que mais preocuparam os jornalistas, sob pontos de vistas distintos. Um entrevistado diz:

*É preciso uma preocupação ética fundamental, básica, essencial. Sem isso, eu acho que não se faz um bom jornalismo, isto é, sem isso não se transmite uma informação de uma maneira..., vamos dizer, correta, decente.*²⁰

O outro, apesar de acreditar que nos últimos anos o jornalismo está mais isento, objetivo e neutro, demonstra uma grande inquietação ética.

*A coisa que mais me irrita na imprensa é a arrogância dos jornalistas. É achar que são mais importantes que outras pessoas especialmente faltam-lhes senso crítico para os aspectos éticos da profissão. Os jornalistas se escudam muito facilmente nas idéias: “estou fazendo isso pelo interesse do meu público”; “tenho que passar a informação ao meu leitor”. Então, tudo que ele faz torna-se válido por causa disso. E, às vezes, cometem-se barbaridades éticas inomináveis, fazem-se vilanias incríveis.*²¹

Nessa discussão entre profissionais, pode-se perguntar como é possível um operário ter o poder de

cometer “barbaridades éticas inomináveis”? Como pode um trabalhador mecânico cometer “vilanias incríveis”? Por que existe a preocupação ética tão acentuada numa profissão “neutra”, “isenta”? Qual a necessidade de ética se o jornalista é simplesmente “um meio entre a informação e o leitor”? Talvez estejamos sendo simples demais. Talvez a pergunta que deveríamos formular fosse: o que permitiu que tal discurso ambíguo se arraigasse na mentalidade do sujeito jornalista? O que permitiu que a norma técnica se estabelecesse como conhecimento do real e como postura ética?

Se remontarmos ao trabalho de Michel Foucault, veremos que o sonho de uma sociedade racional era também o sonho de uma sociedade maquinal, de funcionamento e engrenagens perfeitas. Para ele, essa nova forma de produção social somente foi possível com o advento das “disciplinas”, as quais assumem a “submissão das forças e dos corpos”.²² Um dos entrevistados lembra-se de que a única vez em que foi repreendido pelo fato de ter escrito o “não permitido”, foi ainda no colégio.

*Sempre gostei de jornalismo, e no colégio ainda, inventei um jornal que se chamava O Buraco. Era um jornalzinho muito precário e só dizia besteiras, aquelas coisas... Talvez nesse colégio, Bandeirantes, tenha sido a única vez, em toda minha vida, que eu tive problema em publicar texto. Em nenhuma empresa que eu trabalhei, aconteceu algo parecido com isto: uma certa vez, nós colocamos, nesse jornalzinho, uma frase do Einstein que, em síntese, classificava os militares como imbecis. O diretor nos chamou, ele era muito simpático e educado, e nos disse, de um modo gentil, que o jornalzinho teria de acabar.*²³

Esse gesto polido do diretor não é estranho, pertence à arte de domesticar o corpo humano. Nele fica visível o poder da disciplina. Não há necessidade da violência como na Idade Média, a disciplina é mais eficiente e econômica. Ela permite o controle minucioso das operações do corpo, realiza a sujeição constante de suas forças e impõe uma relação de docilidade. O modo gentil do diretor da escola denuncia que os alunos não fizeram um ato rebelde, uma contestação, mas sim um ato estúpido, um desvio. Tem-se aqui o nascimento do bom-senso que o jornalista deverá ter ao tornar-se adulto. “Em nenhuma empresa que eu trabalhei aconteceu algo parecido com isso” nos diz o entrevistado.

O adestramento do indivíduo não termina na escola, a não ser que ele aprenda a lição e possa repassá-la para os aprendizes. O bom-senso disciplinar parece atravessar de tal forma os jornalistas que atos como esses, de tremenda “idiotia”, não se repetirão.

O jornalista deve ter sempre em mente a linha editorial do jornal em que trabalha. Mas dificilmente acontece uma coisa tão direta como uma advertência.

¹⁸ Entrevista 04.

¹⁹ Entrevista 05.

²⁰ Entrevista 01.

²¹ Entrevista 04.

²² FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1991, pág.195.

²³ Entrevista 01.

*Primeiro, porque ninguém vai ser louco de publicar uma matéria de forma que isso choque o dono do jornal.*²⁴

Os loucos estão no manicômio, por isso é tão difícil uma advertência. A escola doméstica, mas as empresas parecem não se contentar. Esse pode ser o motivo da rusga muito atual entre escola e empresa de comunicação. Essa disputa nos dá um exemplo que pode melhor situar o jornalista e o universo social que engloba o espaço que vai da escola até as empresas.

Antes da existência das escolas de comunicação, os jornalistas eram formados, ou melhor, eram adestrados nas próprias redações dos jornais. Um dos entrevistados nos conta esta história curiosa.

*Havia um tipo de repórter muito interessante que era uma figura da imprensa daquela época (anos 60). Era o repórter que escrevia mal porque praticamente não escrevia. Ivan Ângelo, que é hoje editor chefe do Jornal da Tarde, conta que, no início da carreira dele em Minas Gerais, havia repórteres que simplesmente não sabiam escrever e muito menos datilografar. O repórter vinha da rua, era entrevistado ou produzia no máximo um relatório cheio de informações desconexas que o jornalista, na redação, organizava e produzia a matéria que seria publicada. Esse trabalho de formação do jornalista dentro das redações praticamente desapareceu.*²⁵

É o chamado “foca”. O indivíduo começava como pombo-correio e, através dos ensinamentos, do contato com os repórteres mais experientes, ia aprendendo as técnicas, ou melhor, o “saber” jornalístico. Nessa época, há trinta anos, “havia condições de formação de jornalista dentro das redações. A realidade do diploma não era tão evidente”.²⁶ Mas não era somente o “foca” que ia para a redação. Pessoas de um nível cultural mais elevado também recebiam o aprendizado jornalístico dentro das redações.

*Esse trabalho de formação de jornalistas dentro da empresa era feito através de um contato muito direto. O jornalista iniciante recebia uma pauta, e, sempre que possível, o chefe de reportagem, e eu me lembro de alguns absolutamente fantásticos na formação de jornalistas como Fernando Portela e Sandro Weil, conversavam com o repórter, levantavam as trilhas possíveis para uma matéria, sugeriam atenção para este ou para aquele aspecto. Depois, quando o repórter chegava da rua, ele conversava com a chefia da reportagem ou então com o editor. Dizia “olha eu consegui isto, isto e isto”, assim, a matéria era conversada, discutida. Mas claro que há matérias em que isso não é possível. Pelo menos no meu caso, os chefes eram pessoas muito abertas para as observações que o repórter fizesse.*²⁷

O chefe de reportagem tinha duas funções semelhante às do professor: observar e ensinar. A redação dos jornais era a própria escola de jornalismo. Um outro aspecto interessante é que, nessa época de formação dentro das redações, era fundamental que o repórter iniciante fizesse a ronda nos distritos policiais. “Esse trabalho nas delegacias era considerado uma escola de jornalismo”²⁸, diz um dos entrevistados.

1.5 Parte 5

Qual o conhecimento tão indispensável que o comunicador social deveria aprender na corporação policial? Por que existia essa íntima ligação entre formação de repórter e delegacia de polícia? Num primeiro momento, pode-se pensar que seria porque o Boletim de Ocorrência (B.O.) é parecido com a notícia, e mais especificamente, com o lide. Pode-se pensar que seria porque o relatório policial facilitava a vida do repórter iniciante. Talvez. Mas esta experiência não deixa de ser sintomática se pensarmos que foi no exército, nas prisões, que a disciplina alcançou o seu ponto máximo. “A forma geral de uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis, através de um trabalho preciso sobre o corpo, criou a instituição prisão”.²⁹ Para Foucault, a prisão “é um quartel pouco estrito, uma escola sem indulgência, uma oficina sombria”.³⁰ As empresas de comunicação, nessa época (anos 50/60), detêm sob seu domínio o controle da “disciplina” que possibilita a formação dos jornalistas iniciantes, ou melhor, possibilita a fabricação, ao seu modo e do modo que melhor lhe interessar, dos “corpos submissos e exercitados”, corpos dóceis da comunicação. “A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo”.³¹

O conhecimento indispensável para a formação do repórter nos distritos policiais não é, como se pode pensar, para facilitar o seu aprendizado nem para discriminar uma linguagem próxima da jornalística, mas para exibir, a olhos nus, a carne viva (ou morta) do assaltante e do assaltado, do bêbado e do violentado, do homicida e do assassinado, enfim, do desviador ou do indisciplinado. O ensinamento pedagógico-policial não retorna ao suplício, mas coloca o jovem repórter na posição do público espectador das violências do corpo. O aprendiz de repórter assiste ao suplício que a reforma penal do século XVIII ocultou, mas não pôde adestrar. Um privilégio e, ao mesmo tempo, um aprendizado.

Esse trabalho de formação do jornalista dentro das redações (ou delegacias) só perdeu força no Brasil com um outro ato autoritário: o golpe militar de 1964. A junta militar que assumiu o governo após o afastamento do general Costa e Silva baixou o decreto-lei 972, em 29 de setembro de 1969, que regulamentou o exercício da

²⁴ Entrevista 02.

²⁵ Entrevista 03.

²⁶ Entrevista 03.

²⁷ Entrevista 03.

²⁸ Entrevista 02.

²⁹ FOUCAULT, M. op. cit. p. 207.

³⁰ Idem. Ibidem. p. 208.

³¹ Idem. Ibidem. p. 127.

profissão só para os diplomados em escolas de comunicação.

Interessante é que empresas de comunicação só começam a se manifestar intensamente contra a obrigatoriedade do diploma após quase vinte anos! Por que só começam a se preocupar com isso após o enfraquecimento do regime militar? Por que, antes de 1984, ano das “diretas-já”, quase não se fala em “desobrigatoriedade do diploma”? Seria por que as empresas foram censuradas pelo regime militar? Seria por que, com o aumento da crise econômica, as empresas desejavam pagar menos pela mão-de-obra do jornalista? Seria por que as escolas de comunicação não formam bons profissionais? Qual o interesse das empresas com o fim da obrigatoriedade do diploma?

A questão dos baixos salários não é, primariamente, o que interessa às empresas, como podem pensar alguns sindicalistas. Não é diretamente o aspecto econômico que lhes interessam. Elas pagam os salários de acordo com o “projeto” jornalístico adotado, ou seja, para se fazer bom jornalismo é preciso bancar os custos dos profissionais. Também não é porque foram proibidas de falar sobre o assunto e muito menos porque as escolas não formam bons profissionais. Este último argumento, e principal, é o mais incrível, haja vista que, há pouco menos de 30 anos, muitos jornalistas entravam na profissão sem sequer saber escrever, como veremos adiante.

Na realidade, as empresas só começaram a reivindicar o fim da obrigatoriedade do diploma durante a década de 80 porque antes, simplesmente, não havia motivo para reivindicá-lo. Ao mesmo tempo em que garantiam um melhor profissional, produziam-no também como um corpo dócil e de boa utilização. A universidade e faculdades particulares só serviram às empresas de informação como órgão disciplinador enquanto eram controladas pela “ementa militar” de ensino. Quando os jornalistas deixaram de ser formados pelos distritos policiais ou pelos quartéis militares, ou ainda pelas escolas controladas pelo regime militar, as empresas perderam a referência e a certeza da submissão que lhes garantiam a ordem policial civil ou militar. Com o fim da tutela militar sobre as escolas, as empresas se sentem inseguras frente à nova disciplina civil que foge a sua vigilância. Elas querem retomar das escolas o poder de adestramento do jornalista, como era feito antes da década de 70. Elas reivindicam esse poder disciplinar como direito histórico adquirido, um direito de tradição.³²

A retomada do poder disciplinar poderia também proporcionar uma vantagem especial para o reino familiar. Por serem grandes organizações familiares, as empresas brasileiras de informação têm a vantagem de não expor seus corpos a mais quatro anos de disciplinarização nas faculdades. O fim da obrigatoriedade do diploma promete

aos empresários da comunicação essa tripla vantagem: controle total dos corpos estranhos à família (novos empregados), insubmissão dos corpos internos (parentes e amigos) à disciplina das escolas e, ao mesmo tempo, elide de vez todo o caráter público da comunicação através da elaboração dos manuais de redação, ou seja, através da sua própria cartilha. A disciplinarização, nesse sentido, perde a nuance do contrato social para tomar a matiz da estirpe.

Com isso, os manuais de redação ganham cada vez mais força e prestígio dentro das empresas, produz-se um *marketing* para divulgá-lo e, a cada nova edição mais elaborada cientificamente, funciona como uma cartilha escolar. Concomitantemente, as empresas investem na execução prática da “cartilha” através dos chamados treinamentos internos. O manual de redação é vendido como um ordenador de texto, como um padronizador de estilos. Mas é também um código de ética que se apresenta para a sociedade no sentido de legitimar a própria notícia do jornal, para dar crédito ao jornal. Ele estabelece um “pacto” entre a empresa e o leitor, com objetivo principal, digamos, de levar ao leitor o fato noticioso de maneira mais próxima da realidade. Mas para os próprios jornalistas, que trabalham nas grandes empresas, as coisas não são bem assim. Observemos esse episódio relatado por um ex-funcionário da revista:

O jornalista saía da redação somente para comprovar uma tese que alguém já tinha produzido lá dentro. O processo era o seguinte: um jornalista no “fundo da redação”, sem contato direto com o mundo, acha que determinado fato está acontecendo, que tal fato é verdade. Então, ele manda o repórter fazer uma matéria que meramente vai comprovar aquilo. Isso é uma perversão monstruosa porque a função do repórter é justamente sair para ver o que está acontecendo. Certa vez, uma supereditora da revista Veja pautou uma matéria a respeito de um fato que estaria acontecendo na ponte aérea. O repórter foi e, por mais que ele se esforçasse, não comprovou aquilo. Ele voltou para a reunião de pauta um pouco assustado e disse: “olha, na verdade não está acontecendo isso”. A mulher, após ouvir o repórter, ficou alguns segundos em silêncio, parada, e respondeu: “Isso não é nada bom para a nossa matéria”. É engraçado, mas existe outra história melhor do que essa. Um colega meu, uma pessoa ótima, mas um profissional viciadíssimo no fundo e na forma da Veja, estava fazendo uma matéria sobre o medium Chico Xavier que, como tudo na Veja para merecer matéria, deveria se caracterizar como um fenômeno, ou seja, uma moda, uma mania. Esse colega me passou na redação o lide (abertura) da matéria, em cujo início havia uma frase de Jorge Amado sobre Chico Xavier mais ou menos assim: “trata-se sem dúvida de um dos maiores fenômenos de livreria de todos os tempos”. Eu falei ao meu colega: “puxa, que legal, o Jorge Amado falou com a gente”. E ele respondeu: “não, o Jorge Amado não falou, mas nós estamos negociando”. Ou seja: você tem aspas à procura de um autor. Isso não era exceção não. É

³² É importante não confundir aqui a contestação do regime militar, como uma questão política muito presente nos jornalistas e muito importante durante a década de 60. A domesticação permite a contestação política, a indignação, que também interessavam às empresas. O que elas reivindicam é a disciplina, a ordem técnica, que permeia a política e pode sobreviver à sombra.

*parecido com a peça de Pirandello “Seis Personagens em Busca de um Autor”. Era muito comum esta afirmação: “precisamos de alguém que diga o seguinte:...”. É um jornalismo que produz declarações que procuram se justificar na boca de alguém.*³³

Essa fala impede qualquer negação dos manuais de redação, simplesmente porque é a produção da ficção em estado bruto. Um jornalismo intencionalmente fictício, melodramático. Isso parece ser uma constante nos grandes meios de comunicação, que não só colocam o leitor como um tolo, mas também causam uma certa angústia nos próprios jornalistas que, um dia, pensaram existir jornalismo, que, um dia, pensaram poder levar até o leitor um fato, pelo menos, de maneira mais próxima da realidade, próxima do seu entendimento, de uma maneira ao menos condizente com o discurso exterior das redações. Observemos esta passagem de um outro entrevistado.

*O jornalista sai, a partir de uma tese definida na redação, e precisa comprová-la. Às vezes, o editor já desenha a página antes mesmo de o jornalista sair para fazer a reportagem e saber o que existe sobre aquele assunto. O jornalista já sai da redação com uma expectativa, e isso o cega ao fazer a reportagem. Se o jornalista não comprova, e disser, ao voltar para o editor que não é daquele jeito, o editor falará que o jornalista derrubou a matéria. Às vezes o jornalista o convence, mas corre sempre o risco de derrubar a matéria. Outro aspecto interessante é que você nunca ouve o outro lado. A Folha fala muito nisso, mas não é verdade.*³⁴

Nessa fala, é possível notar que o profissional de comunicação está submetido ao manual de redação não para respeitá-lo, o que já seria uma violência, mas justamente para desrespeitá-lo. Caso o jornalista queira seguir o manual, ele é repreendido com a acusação de “derrubador de matérias”. Os manuais de redação são feitos não para serem seguidos, mas para criar uma realidade ilusória, para criar a fantasia da proximidade da verdade, assim como existe a fantasia da justiça através do Código Penal.

É a partir de experiências como essas que se pode perceber a situação triplamente dúbia em que se encontra o profissional dos grandes veículos de informação. Ele se situa entre o que é público e o que é privado, entre o que é cognitivo e o que é mecânico, entre a realidade e a ficção. O caso mais emblemático, no qual o jornalismo conseguiu subjugar o universo público, atingiu o extremo do universo mecânico-prático e também o extremo da grotesca realidade ficcional é o episódio do “boimate”

A revista inglesa The New Scientist, uma vez por ano, geralmente em abril, publica uma matéria que é uma farsa, que é um “primeiro de abril”. No ano de 1983, havia nessa revista uma matéria, como se fosse séria, sobre dois cientistas que descobriram uma maneira de fundir os núcleos das células do boi e do tomate. E

*isso era uma revolução científica porque você tira células, de um lado, do mundo animal e, de outro, do mundo vegetal e cria outra coisa. Como na Veja e em vários outros lugares, havia muita “chupação” (jargão jornalístico usado quando alguém copia ou tira informações de outra reportagem) de material estrangeiro, alguém pegou essa matéria, só que não entendeu direito e levou a sério. Criou-se, inclusive, um nome para esse ser misterioso: “boimate”. A seguir, fizeram gráficos verossímeis e com um ar de grande seriedade científica, no cruzamento das células. Todo ar de revista científica e, no final, surge o “boimate”. Não pensaram que os cientistas, da Universidade de Hamburgo, tinham nomes quase “trocalhidescos”: Dr. MacDonald e Dr. Wimpey, muito semelhantes aos de redes de fastfood dos Estados Unidos. Em seqüência pegaram um geneticista, um grande cientista da USP (Universidade de São Paulo), Ricardo Brentane. Perguntaram a ele sobre o assunto e ele respondeu que isso não era possível. Ainda questionaram: “e se acontecer?” Brentane aduziu: “se acontecer realmente se trata de uma revolução.” Eu não sei exatamente se eles tiraram o condicional da frase, mas o fato é que saiu o Brentane dando respaldo científico, analisando essa coisa maluca que foi o “boimate”. Esse cientista sentiu-se péssimo perante a comunidade científica, perante a opinião pública. Essa matéria foi desmoralizada, foi objeto de grandes piadas da imprensa.*³⁵

O episódio do “boimate” representa, de certa forma, a síntese utópica dos manuais de redação, ou seja, o sonho normatizador a serviço da informação. “O jornalismo pode produzir uma matéria tecnicamente perfeita, salvo pelo fato de que ela é mentira de ponta a ponta, é um exercício laborioso, muito bem construído em cima de uma realidade falsa. Outra lição é a “chupação”, a reverência ao material estrangeiro. Essa matéria do “boimate” é irretocável do ponto de vista formal. Basta ser técnico”.³⁶ Uma vez que podem ser totalmente desrespeitados pelos que comandam as redações de jornais, os manuais de redação também vão servir, paradoxalmente, para advertir os mortais que não os cumprem rigorosamente, como veremos mais adiante.

Esse episódio também reflete bem a que ponto chega o jornalista; que nível de normatização e padronização se estabelece na estrutura mental desse profissional; a que ponto pode chegar a utopia técnica das redações através da domesticação do jornalista. Essa notícia, ou melhor, essa ficção do “boimate”, apresenta em seu interior uma ótica exclusivamente técnica de conceber a informação. O jornalista passa a perceber o fato noticioso elidido da esfera pública, como bem relata um dos entrevistados:

O meu modo de conceber a notícia amadureceu muito ao longo dos anos. Durante muito tempo fui resistente ao caráter mercantil da notícia, que ela adquire na

³³ Entrevista 03.

³⁴ Entrevista 05.

³⁵ Entrevista 03.

³⁶ Entrevista 03.

*sociedade de massa, na indústria cultural; o caráter sempre espetacular que está embutido na notícia, principalmente em televisão. Eu dividia fatos importantes, e não-importantes de acordo com uma escala de importância do próprio fato; e não pensando na ótica do veículo.*³⁷

O fato real tende a perder importância frente a novas variantes da informação. O assunto em si, a essência, procura abandonar o objeto para se posicionar na intencionalidade comercial. A ótica do mercado associada ao veículo busca produzir o jornalismo “hollywoodiano”, um jornalismo que acaba por suprimir o espaço social da comunicação e se diploma unicamente em artes dramáticas e marketing.

Só agora é possível entender melhor para que servem os manuais de redação; só agora é possível entender melhor que tipo de jornalismo se faz com a eliminação de todo o universo público, de todo o caráter intelectual, e só agora é possível entender a reivindicação do fim do diploma pelas empresas de comunicação. Elas, na realidade, anseiam uma “re-regulamentação” da profissão de jornalista, ou seja, querem o fim da regulamentação estatal para impor a sua própria regulamentação; a sua própria e específica ordem disciplinar. Mas essa ordem não é totalmente visível.

*A disciplina não pode se identificar com uma instituição nem com um aparelho; ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma “física” ou uma “anatomia” do poder, uma tecnologia.*³⁸

Esta “re-regulamentação” tem sua teoria, sua tecnologia de poder, no próprio manual de redação. Mas ele não é só isso. Assim como possui a ordem disciplinar, ele tem uma maneira específica de punir. Ele não é só uma ordenação normativa, técnica e disciplinadora, mas uma espécie de código penal. Até na disposição gráfica ele mantém uma semelhança com a norma jurídica. O manual pune “a inobservância, tudo o que está inadequado à regra, tudo o que se afasta dela, os desvios”.³⁹ Como muitas vezes é ignorada pela própria chefia das redações, a regra do manual então não serve, em última instância, para padronizar os textos, mas para ativar uma penalidade.

A disciplinarização é anterior a qualquer manual de redação. Ele apenas a objetivou, estabeleceu a escrita, o “contrato”. Esse processo de adestramento precisou de mecanismos para se estabelecer, e um dos mais importantes é a hierarquização. Os “inspetores-editores” são os encarregados de aplicar o regulamento ao repórter desviador, realizando assim, a economia da disciplina através de uma atuação próxima, física e vigilante.

Esta hierarquização vigilante e punitiva “não se efetua - ou não só - sobre a produção(...), mas leva em

conta a atividade dos homens, seu conhecimento técnico, a maneira de fazê-lo, sua rapidez, seu zelo, seu comportamento”.⁴⁰

Um dos entrevistados conta como se dava a formação de editores e subeditores no *Jornal da Tarde*, durante a década de 60.

*O jornal não tinha diagramadores, mas paginadores que davam a forma final, executavam apenas um boneco imaginado por subeditores e editores. Não importava muito se a pessoa tinha um talento especial para esse lado visual. Havia um processo um pouco vicioso, infelizmente constante no jornalismo brasileiro, que é a desvalorização da reportagem. A pessoa que soubesse escrever uma reportagem com o mínimo de competência, soubesse colocar os acentos, era promovido a “copidesque”. Foi o que se aconteceu comigo: fiquei dois meses na reportagem e passei logo a “copidesque”. Se o jornalista se revelasse um “copidesque” razoável, ele era imediatamente elevado a subeditor. No meu caso, tive uma resistência muito grande, da qual não me arrependo, a entrar nesse caminho. Soava-me um pouco absurdo dizer: “você é um bom repórter, então pare de reportar e reescreva. Você reescreve bem, então pare de reescrever e venha desenhar”. É uma distorção grande. E não era uma determinação da empresa, era da chefia da redação.*⁴¹

Toda a diferença é suprimida. O poder disciplinar movimentado, funciona. O processo de hierarquização dentro do jornalismo é muito semelhante ao método Lancaster utilizado nas escolas primárias do início do século XIX: “confiaram-se primeiro aos alunos mais velhos tarefas de simples fiscalização, depois de controle de trabalho, em seguida, de ensino”.⁴²

O poder disciplinar não é facilmente visível. Ele funciona ligado à economia e à administração. Ele produz. Ele não se apropria dos corpos, não domina, não se mostra, não se expõe. No jornalismo, os infinitos detalhes enciclopédicos e normativos do “código de redação”, ou seja, dos manuais, associados à hierarquização, e todos os controles da linguagem, da técnica, são próprios de uma utopia disciplinar do século XVIII: “a minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo darão em breve, no quadro da escola, do quartel, do hospital ou da oficina, um conteúdo laicizado, uma racionalidade econômica ou técnica”, dizia Foucault.⁴³

No jornalismo, a disciplinaridade recai menos sobre os corpos que sobre o espírito. Os corpos já estão domesticados. A preocupação do poder disciplinar específico das redações se estabelece justamente na possibilidade do trabalho intelectual. A tecnologia das redações quer produzir a alma, o pensamento do indivíduo. A disciplina permite a domesticação nos dois reinos

³⁷ Entrevista 04.

³⁸ FOUCAULT, Michel. op. cit. p. 189.

³⁹ Idem. Ibidem. p. 160.

⁴⁰ Idem. Ibidem. p. 156.

⁴¹ Entrevista 03.

⁴² FOUCAULT, Michel. op. cit. 149.

⁴³ Idem. Ibidem. p. 129.

cartesianos: o reino da mente (*res cogitans*) e do corpo (*res extensas*). Eles aqui voltam a se unir numa concepção dual da subjugação.

*Não se deveria dizer que a alma é uma ilusão, ou um efeito ideológico, mas afirmar que ela existe, que tem uma realidade, que é produzida permanentemente, em torno, na superfície, no interior do corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre os que são punidos - de uma maneira mais geral sobre os que são vigiados, treinados, e corrigidos, sobre os loucos, as crianças, os escolares, os colonizados, sobre os que são fixados em um aparelho de produção e controlados durante toda a existência(...) Esta alma real e incorpórea não é absolutamente substância; é o elemento onde se articulam os efeitos de um certo tipo de poder e a referência de um saber”.*⁴⁴

Essa produção da alma, essa domesticação do intelecto produz não só o jornalista submisso, os produtores do “boimate”; a “exclusividade privada” do jornalismo, mas também o livre desempenho dos alunos mais velhos, o bom comportamento do corpo, o silêncio nas redações como nos conta um dos profissionais entrevistados.

*Eles têm um corte, e todo mundo fica quietinho, morrendo de medo de perder o emprego. Se acontecer alguma coisa importante no mundo, todos ficarão quietos. Acho isso muito esquisito, é uma coisa que me impressionou bastante na redação. As pessoas não querem lutar por alguma coisa, discutir. Elas estão lá só porque são empregadas daquele jornal e pronto. Fazem aquele trabalho e não pensam, não refletem. Reclamam das condições de trabalho, dos salários, mas nesta questão maior, sobre a função do jornalismo, ninguém fala.*⁴⁵

A fabricação da alma dos indivíduos não é um privilégio das empresas de comunicação. Ela começou nas escolas, no pré-primário. A disciplina possibilitou a produção de prisões, de escolas, hospitais, quartéis. Mas é na fábrica da informação que não há disfarces. A disciplinarização está tão atravessada nos corpos dos “alunos mais velhos” que o próprio jornalista a reclama em seu grau mais explícito:

*Existe hoje um problema, isto é, comparando a redação com um exército, ela hoje não tem sargentos. Por uma série de fatores, inclusive salariais, o número de pessoas na cúpula subiu muito. E não existem aquelas pessoas, na função de sargentos, fazendo a ponte entre a cúpula e os recrutas, inclusive cobrando e exigindo.*⁴⁶

O próprio jornalista exige da instituição uma disciplina no seu mais alto grau, na metáfora militar. Através da divisão e hierarquização vigilante, dentro das redações, é constituída uma “classe militar”. Como nos diz

Paul Virilio, essa classe inclui todas as pessoas que “raciocinam dentro desta lógica tecnológica”. Uma “classe militar” não muito difícil de ser formada visto que as pessoas já detêm uma parte de sua consciência militarizada. “Sem o saber, já somos todos soldados civis”.⁴⁷ As empresas apenas reivindicam uma domesticação especializada para se utilizar melhor dos corpos e mentes.

Em resumo, pelo que se constatou, o que existe de conflito entre escolas e empresas de comunicação não é um problema de conhecimento, não é um problema técnico, não é o ato autoritário que instituiu o diploma obrigatório, nem a reserva de mercado corporativa como se alardeia, mas a disputa pelo controle disciplinar dos indivíduos; é, na realidade, a disputa pelo controle e pelo molde na produção do sujeito jornalista.

*Eu noto uma certa falha nos manuais de redação, eles são muito grandes. O ideal seria simplificar um pouco mais as regras. Quero dizer... Uma boa parte do que existe no manual é produto da pura lógica. Se as pessoas fossem um pouco mais atentas, mais determinadas, não haveria a necessidade desses manuais tão grandes, dificultando o manuseio.*⁴⁸

A “pura lógica” não deixa de representar o projeto racional da modernidade, o sonho iluminista de construção de organização da sociedade. Mas é possível também dizer que “pessoas mais atentas” revelam o despertar da disciplinaridade, ou melhor, a sua realização plena.

Os manuais existem porque as pessoas não “estão determinadas”, ou melhor, não estão idealmente disciplinadas (“alertas”) para exercer a função de jornalista. É nesse aperfeiçoamento disciplinar que a hierarquização junto com a racionalidade instrumental vão poder mostrar sua face sutil e perversa, porém justificada, de violência contra o indivíduo da comunicação jornalística. E isso se dá através de um processo de normatização.

O jornalista inegavelmente situa-se no campo intelectual, visto que é um trabalho que exige reflexão, construção linguística, a elaboração de idéias através da sintaxe gramatical e transmissão de idéias, pensamentos e atitudes de outras pessoas. Mas, como vimos no início do texto, a ordem comunicacional dos veículos de informação pressiona para a eliminação das esferas pública e intelectual da profissão, e conseqüentemente, esmaece seu campo ético de ação. Ou seja, pressiona para uma profissão isenta de sujeitos na medida em que a resume a atividades essencialmente normativas e tecno-mecânicas.

Boaventura Souza Santos, no entanto, demonstra que as ciências sociais são epistemologicamente prioritárias em relação às ciências técnico-normativas. Para ele,

O impacto do desenvolvimento científico-tecnológico faz com que o mundo humano seja cientificamente constituído. No entanto, continua a dominar uma

⁴⁴ Idem. Ibidem. p. 31.

⁴⁵ Entrevista 05.

⁴⁶ Entrevista 02.

⁴⁷ VIRILIO, Paul. *A Guerra Pura: a militarização do cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

⁴⁸ Entrevista 02.

*concepção dessa constituição que é a do mundo não humano. Se todo conhecimento científico é social na sua constituição e nas conseqüências que produz, só o conhecimento científico da sociedade permite compreender o sentido da explicação do mundo “natural” que as ciências naturais produzem. Por outras palavras, as ciências sociais proporcionam a compreensão que dá sentido e justificação à explicação das ciências naturais. Sem tal compreensão não há verdadeira explicação e, por isso, as ciências sociais são epistemologicamente prioritárias em relação às ciências naturais (...) A construção da hegemonia das ciências sociais, assim concebidas, pressupõe a superação do paradigma da ciência moderna.*⁴⁹

Mas no jornalismo liberal e, de um modo geral, em toda a sociedade capitalista, há uma inversão desses valores. Ele mantém uma “ciência” tecno-normativa sobre o profissional que faz com que ele se ausente do universo humano e se estabeleça no campo dos objetos. O jornalismo resume-se a uma prática, ou melhor, as redações fundamentam seu discurso numa prática científico-experimental. O universo das idéias, da política, dos desejos, da comunicação e, por fim, do ser humano, torna-se tecno-cientificamente constituído. O jornalismo, então, não permite que as humanidades proporcionem a compreensão “que dá sentido e justificação às ciências” tecno-normativas. As ciências técnicas justificam-se por si mesmas, isto é, a narrativa informativa dos homens não se situa no campo do humano, mas no campo das estratégias, dos objetos.

Daí todo o embaraço do próprio profissional ao definir os limites desta atividade. Para um dos entrevistados, o jornalista deve ter três coisas básicas: “domínio da língua, cultura geral (no sentido de conhecer o mundo em que vive) e sensibilidade natural para a notícia”.⁵⁰ Ao mesmo tempo, para ele, o jornalista é simplesmente “um meio entre a informação e o leitor”. Na concepção de outro entrevistado, há uma dificuldade em definir a condição do sujeito (jornalista) em relação ao objeto (fato social): “o jornalista deve ter noção ética, pesquisar o assunto a sério, sem se deixar envolver”.⁵¹ Mais a frente, nos diz: “o jornalista se envolve sempre com a matéria, não dá para não se envolver(...) Ética é defender a cidadania. E aí o jornalista se envolve loucamente, não existe isso de jornalismo objetivo”.

1.6 Parte 6

Essa contradição peculiar da profissão de comunicador social parece “resolver” a divisão entre o trabalho intelectual e manual que tanto preocupou e ainda preocupa o pensamento marxista. Mas o jornalismo efetua a síntese entre esses dois trabalhos não no sentido, como se poderia pensar, de um enriquecimento do trabalhador; nem no sentido de um enriquecimento de uma prática reflexiva; de uma práxis, mas no seu oposto. O jornalismo faz uma

síntese da alienação dos dois trabalhos. Harmoniza a miséria intelectual e a miséria mecânica do capitalismo. A dicotomia dos trabalhos em vez de se abrandar, tornou-se mais violenta, mais irada, sobre o próprio homem. É o retorno da contradição num único e mesmo ofício, num único e mesmo indivíduo: o intelectual/operário.

O jornalismo parece sintetizar os dois sonhos do século XVIII: de uma sociedade de engrenagens perfeitas, totalmente visível, da referência fundamental à racionalidade, ao contrato jurídico, mas também de uma sociedade disciplinar, de coerções permanentes, de docilidade automática. A imagem iluminada da civilização moderna impressa na ordem da comunicação global mantém um sujeito racional e um sujeito automático superpostos num único e mesmo ser, numa mesma e única profissão de comunicador social.

Diante disso, quais as conseqüências para o profissional? Como essa docilidade ordenada e racional se manifesta no interior de uma redação? Já falamos das injunções dos manuais de redação e da disputa pelo adestramento dos profissionais. Agora é preciso estudar as atitudes que possibilitam tais práticas dentro das empresas.

Em primeiro lugar, o raciocínio das redações no seu projeto disciplinar está, como vimos, intimamente ligado ao projeto de padronização dos textos, de maneira que permitam uma domesticação e utilização do corpo e da alma, ou seja, dos corpos “intelectuais/mecânicos”.

Houve na imprensa, que por um lado é explicável e por outro, lamentável, uma certa padronização por baixo, uma normalização no pior sentido possível. Vejo isto da seguinte maneira: de um lado, você tem as empresas pragmaticamente interessadas em formar um mão de obra eficaz, eficiente e barata, para que as peças possam ser substituídas com uma grande rapidez. Para isso, é perfeito que você tenha determinados tipos de procedimentos muito padronizados, de forma que um jornalista seja igual ao outro. Isso facilita, do ponto de vista do patrão, a tarefa de substituir. Tira José e põe João, tira João e põe Paulo e tudo continua rodando do mesmo jeito. Por outro lado, é uma mão de obra muito barata, cria-se uma turma de jornalistas bagrinhos que, no final, você não sabe se escrevem mal porque são mal pagos ou se são mal pagos porque escrevem mal. Os jornais querem vender mais, é natural, e para vender mais, acham que têm de facilitar a leitura do consumidor. Na minha opinião, eles prejulgam um pouco, subestimam a capacidade do leitor. Então o leitor não se interessa por matérias que tenham mais de tantas linhas ou frases com mais de tantas palavras. A partir dessas constatações um pouco discutíveis, parte-se para a elaboração de manuais, procedimentos rígidos, onde se limita o número de linhas, onde não se pode usar sequer uma palavra que o leitor não conheça. Não se força o leitor a usar o dicionário, senão ele é capaz de largar o jornal e não pegar mais e, sobretudo, pode mudar de jornal. É um raciocínio um pouco grosseiro e que, levado às últimas conseqüências, resulta num produto que não

⁴⁹ SANTOS, Boaventura Souza. op. cit.

⁵⁰ Entrevista 02.

⁵¹ Entrevista 01.

*acrescenta culturalmente nada ou muito pouco a quem lê. É como se fosse uma ração diária de um capim meio pobre.*⁵²

Nessa argumentação de um profissional experiente, retorna-se à eliminação do caráter público e coloca-se os “intelectuais/mecânicos” entre o emprego e o desemprego. Para se manter no emprego, o jornalista se submete docilmente ao respeito e obediência às leis do código infrapenal das redações. Não é mais contra o patrão, contra o diretor ou o chefe de redação que é proibido se rebelar, mas sim contra as normas instituídas. Os jornalistas “reclamam das condições de trabalho, dos salários, mas da função do jornalismo, ninguém está nem aí(...) Fazem aquele trabalho e não pensam, não refletem”.⁵³ A ordem punitiva tornou-se branda ao nível ideológico e das representações, mas fechou o cerco ao nível da tecnologia, das funções, das normas.⁵⁴ Não é mais o repúdio ao patrão, não é mais a exploração do corpo, não é mais o ataque explícito ao interesse econômico da empresa que constitui o “último dos crimes”, mas sim “o desvio e a anomalia”. É o desregrado que prende a atenção dos olhos do diretor e não mais o “inimigo social”, já que é o desregrado que traz consigo “o perigo múltiplo da desordem, do crime, da loucura”.⁵⁵

É a esse controle peculiar, à visibilidade hierarquizada e específica que o jornalista é exposto; ele é “objetivado”. É nessa normatização imperiosa da tecnologia disciplinar que o projeto do sujeito se desfaz, mas também é nesse mito perfeito da organização, nesse mecanismo sem desvios que o jornalista vai tentar se construir.

*Você cria uma massa ignara que produz coisas da reportagem local, as quais parecem que não foram escritas por ninguém; é uma treva, parece ter sido feito por uma só pessoa e por ninguém ao mesmo tempo. Do ponto de vista de quem faz, eu acho que isso é uma coisa altamente danosa, você acaba desenvolvendo uma esquizofrenia perigosa. Não é que o jornalista possa se permitir a ilusão de que vai enfiar as suas idéias pessoais no jornal ou na revista, mas é preciso que um pouco da pessoa que você é seja veiculado naquilo que você faz. Se isso não acontece, você vai ter um entupimento de ordem emocional, existencial de graves conseqüências. É preciso que um pouco da pessoa esteja na matéria que ela faça, ainda que seja uma matéria não assinada. Esse pouco pode estar na escolha das palavras, na maneira de ver individualmente uma determinada coisa. O jornalista não pode ser reduzido a uma pessoa que meramente enfileire palavras uma atrás da outra, dentro de um trilho já delimitado por alguém.*⁵⁶

O jornalista então, luta continuamente para se construir no mesmo movimento que tende a destruí-lo. O “intelectual/mecânico” é agora o “normal/neurótico”. Ele continua sendo aquele analfabeto que traz os fatos da rua e os relata, porém com dois agravantes. O primeiro é que o fato não é mais real, a notícia não está na rua, mas com o seu “mestre” no interior da redação. O segundo é que o mestre, o jornalista de cargo superior, não faz mais o papel do educador, que sanciona benefícios e castigos, e permite assim, ao aprendiz, vislumbrar a aquisição de um conhecimento. Se antes, quando era possível a formação do repórter dentro das redações, não havia uma atitude magistral do mestre, “eram pessoas abertas a observação do repórter”,⁵⁷ agora isso não é mais possível. O editor é o juiz, o censor, isto é, aquele que permite apenas vislumbrar a aquisição de uma conduta, um comportamento pré-estabelecido pelas redações. Há uma “desperspectivação” do repórter, uma anulação descompromissada de conhecimento e centrada na distribuição tecnológica do poder. Essa situação é muito semelhante ao ajustamento metodológico do louco dentro do hospício. Quanto melhor a conduta, quanto mais próxima for da simetria e da docilidade; quanto mais obediente e regrado pelas disciplinas tecno-normativas do hospital, melhor e mais bem aceito ele será. Por não ser considerado louco, o jornalista se torna a inversão perfeita. Não se pode buscar, em seu ponto último, a normatização do próprio normatizado, o ajustamento do ajustado ou a adequação do adequado, mas sim a sua idiotização.

1.7 Parte 7

Quais os limites, então, entre razão e loucura? Ou melhor, como se processa a idiotização dentro do jornalismo? Na exposição de Canguilhem, é possível verificar que a norma “se propõe como um modo possível de unificar um diverso, de reabsorver uma diferença. No entanto, propor-se não é impor-se”. E mais: que a norma é uma referência enquanto “instrumento de uma vontade de substituir um estado de coisas insatisfatório”.⁵⁸ A norma no jornalismo talvez inicialmente tivesse tal intenção, mas como um grande número delas, tornou-se uma imposição, uma verdade sem referente.⁵⁹ A norma jornalística se apresenta como instrumento de controle da linguagem, de controle do discurso, o que distorce o sujeito mediador-produtor-simbólico e o transforma num mediador-produtor-soldado. O jornalista fica preso à normalidade e, apesar disto, não deixa de ser produtor, mas é um produtor previsível, sem graça, “normal”. O que se instaura com a norma é uma vigilância ou uma pressão ideológica que se sustenta pela sua não aparência valorativa, mas científica. E dentro desta situação, o

⁵² Entrevista 03.

⁵³ Entrevista 05.

⁵⁴ É bom lembrar que a Folha de S. Paulo, no seu processo de expansão no final dos anos 80 e início dos 90, contratava jornalistas considerados de esquerda (ou com maior senso crítico) para transformá-la no maior jornal capitalista do Hemisfério Sul.

⁵⁵ FOUCAULT, Michel. op. cit. p. 262.

⁵⁶ Entrevista 03.

⁵⁷ Entrevista 03.

⁵⁸ CANGUILHEM, Georges. *O Normal e o Patológico*. Rio de Janeiro: Forense, 1990. pág 211.

⁵⁹ Só para ilustrar, quando existia o caderno regional “Folha Norte”, da *Folha de S. Paulo*, em São José do Rio Preto, os jornalistas eram obrigados a escrever Uchôa (sic), referindo-se à cidade de Uchoa, com acento, porque foi erroneamente grafado dessa maneira no manual de redação da empresa.

jornalista vai tentar fazer matérias que não têm um grau de emoção, um mínimo indispensável de participação de quem faz. Ainda não é possível que seja feito por máquinas, mas eu acho que do ponto de vista de quem introduz essas normas, o ideal seria que uma máquina fizesse as reportagens, uma coisa totalmente “isenta”, como se existisse até uma informação pura.⁶⁰

Essa pressão, então, tende a submeter o jornalista a uma rotina normatizadora pela linguagem que se esconde atrás das cortinas da técnica perfeita. O seu tempo é determinado pela hora de fechamento da edição, e a vigilância do seu discurso se situa sob o olhar viciado do revisor. O “copidesque” padrão e o editor irado ou paternalista fazem o papel que coube aos auxiliares de Pinel e Tuke, quando o louco cometia uma extravagância. Eles mostram ao repórter o seu erro com cortes e modificações no texto.

Eu sempre tentei fazer um texto diferente, usar um jogo de linguagem, ou alguma coisa lúdica. Mas meu editor é restrito para isso, ele lê o texto, mas está tão bitolado na Folha, que ele muda aquilo sem perceber a sutilidade do texto. Quando eu estou escrevendo e coloco alguma coisa “legal”, diferente, eu já sei que aquilo vai ser mudado, já sei de antemão que aquilo não vai passar e não passa mesmo.⁶¹

Quando a norma é entendida como real, verdadeira, e não relacional, como nos mostra Canguilhem, ela produz, conseqüentemente, erro e falsidade. Assim, a padronização da linguagem jornalística admite sua fórmula, em princípio, com uma evidência “tecno-científica”, que vai fazer com que o jornalista aceite como sendo o ideal de sua razão, de sua normalidade, a razão imperiosa da normatização “consensualmente” estabelecida através dos manuais.

Assim como Descartes fez com a loucura, a normatização jornalística “rompe com todo o fascínio possível e, se vê, tem a certeza de ver aquilo que está vendo”.⁶² Enquanto isso, diante do olhar do jornalista, “embriagado com uma luz que é noite, surgem e multiplicam-se imagens, incapazes de criticarem-se”.⁶³ O manual de redação, como aglutinador da racionalidade experimental, objetiva, clara, essencial e segura de si mesma, não serve tanto - ou não só - para domesticar o comunicador, torná-lo útil e dócil, mas tem capacidade de reduzi-lo à condição de desorientado, desqualificado, desatinado.

A linguagem do comunicador iniciante, com efeito, não é a linguagem da comunicação.⁶⁴ Assim como a do louco, essa linguagem traz em si, de forma essencial, a “desordem e a decomposição do pensamento, erro, ilusão,

não-razão, não-verdade”.⁶⁵ Um dos argumentos que, como vimos, é utilizado pelas redações contra os diplomados em universidades é o da ausência de conhecimento do comunicador, o de sua formação acadêmica ruim. Os próprios profissionais reproduzem o discurso. “A gente tem que ensinar crase para o pessoal”.⁶⁶ Nesse discurso, o que se percebe é a criação do que chamaremos de “teoria da crase”. Essa argumentação das redações permite desqualificar o jornalista, não porque a imprensa é o exemplo da boa linguagem, da linguagem correta (basta ler jornais ou ouvir TV e rádio para observar a infinidade de erros cometidos por todos os escalões do jornalismo), mas porque impossibilita o argumento contrário, do outro, do comunicador, do ignorante. A “teoria da crase” impossibilita o contra-argumento, pois, de antemão, coloca a regra gramatical como racionalidade, suficiência, cultura, inteligência. Não há argumentos para o inculto, para o analfabeto, para o desregrado. Assim como o interno, o comunicador, por mais paradoxal que isso possa parecer, perde o valor do seu discurso, ou seja, o valor do seu próprio trabalho. Tudo o que ele diz contrário à ordem disciplinar não é, como no hospício, “imediatamente rotulado de coisa de maluco”, mas é imediatamente rotulado de coisa de desatinado, o que dá na mesma. A teoria que surge com a padronização da linguagem comunicacional serve, enfim, para negar o jornalista enquanto sujeito, para desqualificá-lo, desvalorizá-lo.⁶⁷

No Retiro idealizado por Samuel Tuke, a loucura não mais deveria causar medo, ela agora “terá medo, sem recurso nem retorno, inteiramente entregue, com isso, à pedagogia do bom-senso, da verdade e da moral”.⁶⁸ Da mesma forma, o valor do discurso do comunicador social é suprimido, visto que ele é uma falsidade.

Parafraçando Jussara Carvalho⁶⁹ com relação à situação do interno, se o jornalista aceita o discurso institucionalizado e científico das empresas de informação, admitindo com isso o rótulo de “desqualificado”, ele passa a se submeter ao tratamento, ou melhor, ao treinamento disciplinar já cartilhado nos manuais de redação e, assim, terá chance de sair do seu estado de bestialidade. Caso contrário, se o jornalista se recusa a se submeter a esse processo, o discurso das empresas “articula um dispositivo” que faz com que o comunicador seja classificado como mau jornalista, fracassado, um profissional que “não deu certo”. A “teoria da crase”, ou seja, da racionalidade pragmática, possibilita que qualquer argumento contrário a ela seja desqualificado.

Dentro do jornalismo, só a verdade é impressa. O jornalista, para os diretores da redação, é o “estrangeiro”; o ser que não pode ver, a princípio, a “clareza essencial do dia”. Da mesma forma que o programa cartesiano da

⁶⁰ Entrevista 03.

⁶¹ Entrevista 05.

⁶² FOUCAULT, Michel. *História da Loucura*. São Paulo: Perspectiva, pág. 244.

⁶³ Idem. *Ibidem*. p. 244.

⁶⁴ Não é à toa, portanto, que os cursos para recém-formados, organizados por grandes jornais são chamados de “adestramento de focas”. O termo foca é outro jargão jornalístico para identificar, às vezes de forma pejorativa, o jornalista nos primeiros meses de carreira.

⁶⁵ Idem. *Ibidem*. p. 252.

⁶⁶ Entrevista 02.

⁶⁷ É bom ressaltar que não se está fazendo uma apologia do erro em detrimento do bom conhecimento, simplesmente porque a “teoria da crase”, como estamos vendo, não serve para selecionar os indivíduos mais aptos à linguagem; ela é um subterfúgio.

⁶⁸ FOUCAULT, Michel. *História da Loucura*. pág. 478.

⁶⁹ CARVALHO, Jussara. “A Morte das Diferenças” in: *Revista Humanidades*. Brasília: UNB, 1989. Ano VI, nº. 20, pág. 29.

dúvida é a grande conjuração da loucura, o programa “científico-cartesiano” da normatização jornalística é a grande conjuração do homem enquanto comunicador social e, com ele, não se tenta evitar a loucura (já conjurada), mas “a possibilidade eterna do desatino”. É um processo que tende à aniquilação do sujeito como é possível notar no depoimento de um dos entrevistados numa reportagem sobre como as empresas barram os homossexuais.

Eu fiquei muito frustrada com essa reportagem porque me deram duas semanas para fazê-la, e eu não conseguia achar pessoas homossexuais para falar. Eles é que acabaram ligando para mim, não davam o telefone e usavam nomes falsos. No final, eu consegui fazer boas entrevistas, mas a editora do suplemento pegou minha matéria e mudou-a completamente. Colocou um título assim: “Homossexuais não podem dar bandeira na entrevista”. Ficou uma coisa de serviço, uma coisa ridícula. Eu acabei me comprometendo com muita gente, que eu entrevistei, pois falei que ia fazer uma coisa séria. Além disso, meu nome foi publicado. Fiquei louca, eu me senti péssima, caiu muito meu ritmo de trabalho, fiquei totalmente desmotivada depois disso e demorei para me recompor. Foi uma matéria difícil de fazer, difícil de conseguir entrevistas, foi desafiadora, e eu consegui fazê-la no final. Outra pessoa pega o todo o seu trabalho e brinca com ele. Parece que tudo é uma grande brincadeira. Com muita gente acontece isso.”⁷⁰

O texto original, aparecendo modificado na impressão, representa que ele foi analisado por especialistas competentes e que continha imperfeições, erros, desvios. O comunicador que extravasa a linguagem normatizada encontra-se no mesmo plano do interno que necessitava de correção de Tuke: “loucura é infância”.⁷¹ O comunicador é, pelo menos para si mesmo, o grande farsante do jornalismo. O seu texto é a verdade do outro, mas concentra a responsabilidade, a culpa e o fracasso sobre si mesmo.

Para Jussara Carvalho, não se pode esquecer de que “o homem é um ser com projeto”, e a “liberdade, constituidora do homem enquanto tal, é a sua capacidade de decisão sobre a vida”.⁷² Mas isso é dilacerado na prática jornalística. Escrever não é somente saber lidar com a língua, exercer uma profissão, expressar um fato noticioso simbolicamente, mas uma prática, uma realidade, uma manifestação da vida enquanto sintetizadora do agir, do pensar e do sentir. O controle da produção simbólica do comunicador por ele próprio, no sentido de realização de um projeto que figura dentro do plano social da comunicação, isto é, no intercâmbio coletivo de idéias, está morto.

Dentro do asilo, diz Jussara Carvalho, a “normatização é um processo de aniquilamento, de morte

do sujeito”.⁷³ O jornalista sabe, como o interno sabia, que cometer erros implica castigo ou violência, dependendo do grau da insensatez. Mas o castigo para o “homem-livre” do jornalismo privado contemporâneo não é somente a liberdade da demissão, mas a penalidade através da execração e destruição dos sentidos do corpo e da mente.

Eu senti os cortes da matéria como cortes na minha carne, o que certamente eram, porque, uma vez que eu tinha razões profundas para fazer aquilo, mas também razões jornalísticas, eu fui vendo que o objeto da minha paixão, que, naquele momento, era a reportagem, estava sendo dizimado, sendo cortado.”⁷⁴

Ainda segundo Jussara Carvalho, a violência do poder dentro de um hospício desarticula e subdivide o tempo do indivíduo, sob o olhar institucional e vigilante. Essa verdade vai produzir uma “recuperação redutiva do sujeito”⁷⁵ ao entregá-lo a uma rotina objetivante. Tanto a vigilância hospitalar de conduta quanto a vigilância editorial das normas da linguagem pressionam para o limite desta rotina. As duas tendem à “recuperação redutiva do sujeito”. Dentro do jornalismo, é uma recuperação redutiva dentro do campo das normas infrapenais e objetivantes.

Nesse sentido, o jornalista não atua no universo de preocupações do “espírito” como faz o intelectual, nem também as abandona totalmente, no ato do trabalho, como faz um operário. A profissão jornalista apresenta o espaço da reflexão, mas não lhe é permitido ocupá-lo. O jornalista tem a comida diante dos olhos, mas não pode pegá-la; convive com a nudez, mas não pode tocá-la. “Quem determina as necessidades e os desejos a serem realizados não é o próprio indivíduo, mas a rotina institucional”.⁷⁶ O domínio do próprio espaço da notícia pelo jornalista é visto pela empresa como um fator de imprevisibilidade “e como tal precisa ser controlado por um saber poder antecipador”.⁷⁷ Daí que o jornalista se abandona à ordem e à disciplina comunicacional das empresas, “a rotina que, com sua delimitação rígida de espaço e de tempo, levam a uma mesmice na qual não cabe nenhuma criatividade”.⁷⁸

O jornalista, como o interno, é “despido da condição de protagonista de um contexto social”⁷⁹ e incluído numa realidade quase exclusiva de objeto.⁸⁰ Ele é despojado não de seus direitos usuais como membro da sociedade, mas de suas defesas, de sua vivência, de sua comunicação, de sua ação construtiva. O jornalista, assim como o doente mental, é trabalhado “ao longo de um *continuum* de operações”⁸¹ que vão do corte de texto à

⁷³ Idem. Ibidem. p. 32.

⁷⁴ Entrevista 03.

⁷⁵ CARVALHO, J. op. cit. p. 32.

⁷⁶ Idem. Ibidem. p. 31.

⁷⁷ Idem. Ibidem. p. 31.

⁷⁸ Idem. Ibidem. p. 31.

⁷⁹ Idem. Ibidem. p. 31.

⁸⁰ Todo esse trabalho não toma conhecimento das chamadas “estrelas” do jornalismo, que, por mérito ou amizade, têm liberdade para descumprir as regras estabelecidas. O campo de ação da pesquisa recai sobre a grande maioria dos jornalistas, que, na verdade, carregam as empresas através de apurações exaustivas, difíceis e complexas.

⁸¹ Idem. Ibidem. p. 31.

⁷⁰ Entrevista 05.

⁷¹ FOUCAULT, Michel. *História da Loucura*. pág. 483.

⁷² CARVALHO, Jussara. op. cit. p. 30.

depreciação pública, passando pela culpabilização, por exemplo, por “derrubar matérias”, pela submissão à “fabricação de notícias”, pela vigilância hierárquica constante, por todo o tipo de injunções dos superiores. “Tudo isso, vai sendo internalizado pela pessoa, que vai tentar cada vez mais se adequar à situação e percorrer de forma menos sofrida possível”⁸² a carreira moral de comunicador social.

*Eu descobri logo de cara que as veleidades artísticas que temos como jornalistas, de achar que no jornalismo vai conseguimos dar vazão àquela nossa necessidade de expressão; enfim, eu descobri logo de cara que não é assim. A escrita jornalística é uma escrita totalmente funcional, cuja margem de criatividade está totalmente condicionada, pelo tipo de produto jornalístico, que se trabalha, à adequação desse produto ao público alvo e por n condicionantes, fatores que determinam que aquilo que o jornalista faz seja bastante diferente daquilo que poderíamos chamar de livre expressão; isso simplesmente não existe. Eu não sei... Talvez se faça alguma coisa em textos, artigos, mas mesmo assim os assuntos já foram delimitados na pauta. Em telejornalismo, esse problema é dramático, porque o telejornalismo é a ausência do texto, não se escreve nada, e, com o passar dos anos, o jornalista emburrece sua escrita, passa a escrever mal.*⁸³

O jornalista aprovado com nota dez pode ser considerado um indivíduo normal. Nos dizeres de Canguilhem, o normal é aquele que “respeita as idéias convencionais e as regras impostas, jamais as transgride, nem mesmo em imaginação. O sabor do proibido não lhe desperta nada, e ele não irá perder o seu tempo em busca do tempo perdido”.⁸⁴

*Então, dentro de uma redação o bom profissional é aquele que se revele capaz de cumprir estritamente aqueles mandamentos, ou seja: quanto mais igual fizer o trabalho, mais bem aceito será. Em outras palavras, ele vai alienar aquilo que tem de mais precioso, que é exatamente o que o torna diferente das pessoas: a maneira pessoal de ver as coisas, a maneira individualizada de jogar aquelas palavras no papel.*⁸⁵

A “recuperação redutiva” não só “emburrece a escrita com o passar dos anos”, mas tende a criar o indivíduo da objetividade banal que se sustenta enquanto discurso do verdadeiro jornalismo. E se isso acontece, diploma-se o sujeito da “criatividade redutiva”. Assim como o interno, ele ganha liberdade ao aceitar os seus erros, mas, por não ser louco, torna-se sujeito criativo ao aceitar o mundo ficcional da liberdade técnica.

O jornalista diplomado pela “recuperação redutiva” não é simplesmente um não-ser, mas um sujeito da “criatividade redutiva”. Essa criatividade redutiva é necessária visto que a máxima normatização do jornalismo provoca o seu fim. No entanto, essa liberdade não é passível de diálogo com o outro, mas sim, como vimos, com a norma, a regra, a técnica, a tecnologia. Faz-se, assim, a construção do sujeito não na interação dialógica com o outro, mas com a imposição do outro-verdade, do outro-técnica, do outro-vigilante. Dessa forma, o efeito das mensagens implodidas no não-diálogo com o outro só pode criar o Eu que é o Eu por si.

Pelo que se vê, não é por acaso que a cultura do narcisismo individualista encontra abrigo no jornalismo. A negação do pensamento e do sujeito jornalista como um todo não produz somente um sujeito socialmente apático, desinteressado, indolente, mas uma espécie de “sujeito daninho”, o qual teve destruída sob a sua cabeça toda uma estrutura simbólica e imaginária de produção cultural, que o levou a ativar o Ego de modo extremo. Esse sujeito daninho cria uma nova cultura “onde o recrudescimento da angústia diante da experiência crescente de impotência e desamparo, torna inviável a prática de solidariedade social”.⁸⁶ Não se critica em prol do mundo das idéias, mas pelo efeito da retórica consubstanciada pela técnica, pelo *status quo* “inaparente”. Estamos diante de uma consciência cínica sustentada por uma razão fundamentalmente instrumental. Essa racionalidade cínica é complexa porque, se pensarmos que a coerência se tornou uma obsessão pelo pragmatismo da sociedade moderna e visto que a obsessão é caracterizada como doença mental, somos obrigados a admitir uma sociedade e sua comunicação adoecidas. No entanto, a incoerência também é considerada doentia ou, no mínimo, canalhice (cinismo). Por ser aceita como saudável pela cultura, a incoerência da comunicação não comporta a loucura. A loucura é a incoerência humanizada, fragilizada. A razão é o seu inverso.

1.8 Parte 8 - O último oxigênio

De uma maneira diferente da situação do interno (louco frágil) que é lembrado a todo momento que ele está ali porque é mentalmente doente e que sofreu um “colapso no mundo externo” e “fracassou de uma forma global”,⁸⁷ o jornalista é aquele que fracassa parcialmente e, por isso, tem grandes chances de alcançar a “recuperação redutiva” pela sua própria razão. Por mais desconstituído que seja, ele, ainda, situa-se entre o ser e o não-ser. Por isso, se não quisermos encaixar a comunicação da mídia dentro de um sistema fechado, dentro, como diz Canguilhem, de um “sistema de determinismos”,⁸⁸ temos de saber que a incoerência é o par comum da racionalidade perfeita.

No entanto, essa possessão da racionalidade normatizadora da informação sobre o jornalista é

⁸² Idem. Ibidem. p. 31.

⁸³ Entrevista 04.

⁸⁴ CANGUILHEM, G. Apud: Frayze-Pereira, João. *Olho D'água: arte e loucura em exposição*. São Paulo: Ipusp, 1987. pág. 32.

⁸⁵ Entrevista 03.

⁸⁶ COSTA, Jurandir Freire. *Psicanálise e Moral*. São Paulo: Educ, 1989. pág. 25.

⁸⁷ CARVALHO, J. op. cit. p. 31.

⁸⁸ CANGUILHEM, G. op. cit.

necessária, “pois se para razão (editorial) é objeto de apropriação, é porque, para ela, constitui objeto necessário”.⁸⁹ Assim como o personagem de Neveu de Rameau, sem o “jornalista-desatinado”, a razão da normatização “seria privada de sua realidade, seria monotonia vazia”,⁹⁰ deserto lingüístico que devolveria sua própria contradição. Ou seja, só é possível a certeza na transmissão da informação, sua neutralidade, apartidarismo, pluralidade e isenção, através da posse total do comunicador. Essa dependência mútua revela a fragilidade da informação pura e a sua queda em que ela procura se afirmar. A comunicação imperiosa se aliena na própria posse do comunicador.

Dessa forma, para não deixar de assinalar e remetendo à noção de sujeito, é possível pensar o jornalista como projeto humano. Maria Teresa Cruz⁹¹ faz uma abordagem, dentro da Estética da Recepção, na qual nem o autor, nem o objeto e nem o receptor detêm autonomamente uma produção simbólica. Por isso é possível dizer que o sentido e/ou o signo são acontecimentos, isto é, nunca pré-existem.⁹² Ou melhor ainda, existem de uma maneira flutuante, imprevisível, imprezível. É nesse fim da concepção absoluta, na alienação da própria posse, no espaço do incompreensível, do imperfectível, que o sujeito jornalista insiste em renascer.

Para a Estética da Recepção, o sentido de uma obra é variável a cada leitura, mas não muito, visto que esse sentido é tanto a verdade da obra quanto a verdade do receptor. De uma maneira semelhante é possível entender o papel do mediador-produtor de sentidos no jornalismo. O sujeito que o jornalismo produtor de sentidos projeta não é: nem o hermeneuta, nem o cientista, nem o cínico, nem o louco, nem o liberal. Conforme os termos de Maria Tereza Cruz, o jornalista que aparece em cena é o jornalista implicado, como uma “espécie de categoria impura de sujeito”,⁹³ um ser produtor dono de uma razão imperfectível, de uma razão impura, volátil e residual.

Nesse jornalismo, não é possível opor substancialmente o texto jornalístico ou a observação jornalística do sujeito que produziu o texto ou que observou o fato; trata-se de um jornalismo produto de sujeitos impuros. A razão não está comprometida só com paixões, desejos, interesses, mas também consigo mesma, por não ser divina, por não pré-existir, por ser imperfectível, por ser antropro-biologicamente humana e culturalmente inalienável.

O mediador-produtor de sentidos é capaz de esquecer para refazer; de forma diferente, situa-se o jornalista da recuperação redutiva que, imprescindivelmente, deve manter ativa uma memória rígida preenchida por técnicas de redação. Mas, é sabido

que essa memória também se apaga em certos momentos. São os subterfúgios que vão caracterizar a camuflada incoerência desse jornalismo. É um escape que só ocorre em defesa (de interesses ou idéias “pré-existentes”) e, por isso, se manifesta cínico e não criativo. Isso se dá porque o discurso da técnica só existe enquanto discurso para o outro, o desnormalizado, o louco, o incoerente.

Mas, assim como o louco, nos dizeres de Jussara Carvalho, não perde a “dignidade e capacidade de lutar pela vida”,⁹⁴ muitos jornalistas também insistem em se reconstituir dentro das empresas de comunicação e em estabelecer o valor do seu discurso na esfera dialógica da sociedade.

*No momento em que estou vivendo, acho que uma certa autonomia é muito difícil, embora não seja impossível. Talvez, no futuro, eu seja uma frustrada e tudo mais, mas hoje acho que há algo a me dizer que há um caminho, pelo qual se pode lutar, mas que eu ainda não sei qual é.*⁹⁵

Ainda que sua fala seja insistentemente negada pela tecnologia das redações e pela reprodução disciplinar dos próprios profissionais, o jornalista tenta, como necessidade vital, intermediar a comunicação. Se, por um lado, se firmam os regrados, por outro, renascem os “desatinados” numa oscilação interminável. Esse movimento, quase impossível de ser apreendido, detém frente a frente a personalidade autoritária e a dialógica, a mentalidade redutiva e a complexa, que podem estar ou não num mesmo e único indivíduo.

O jornalista, dentro de sua impureza, no interior de sua racionalidade imperfectível, torna-se um produtor de sentidos o qual interfere tanto pela sua consciência afirmativa ou negativa, como pela inevitável fluidez da produção simbólica.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- BERNARDES, Newton. “O Dilema da Física Moderna” in: *Novo Pacto da Ciência*. MEDINA, C. (org.). São Paulo: ECA/USP, 1991. p.140.
- CANGUILHEM, G. Apud: Frayze-Pereira, João. *Olho D’água: arte e loucura em exposição*. São Paulo: Ipusp, 1987. pág. 32.
- CANGUILHEM, Georges. *O Normal e o Patológico*. Rio de Janeiro: Forense, 1990. pág. 211.
- CAPRA, F. *O Ponto de Mutação*. São Paulo: Cultrix, p.81.
- CAPRA, F. *O Tao da Física*. São Paulo: Cultrix, 1983.
- CAPRA, Fritjof. *O Ponto de Mutação*. São Paulo: Cultrix, p. 50.
- CARVALHO, Jussara. “A Morte das Diferenças” in: *Revista Humanidades*. Brasília: UNB, 1989. Ano VI, nº. 20, pág. 29.
- COSTA, Jurandir Freire. *Psicanálise e Moral*. São Paulo: Educ, 1989. pág. 25.
- CRUZ, Maria Teresa. “A Estética da Recepção e a Crítica da Razão Impura”. In: *Revista Comunicação e Linguagem*. Lisboa, junho, 1986, p. 59.
- FERNANDES, Mário Leite, editor do jornal *O Estado de S. Paulo*. Entrevista 2.
- FOUCAULT, Michel. *História da Loucura*. São Paulo:

⁸⁹ FOUCAULT, M. *História da Loucura*. pág. 343.

⁹⁰ Idem. *Ibidem*. pág. 343/ e 344.

⁹¹ CRUZ, Maria Teresa. “A Estética da Recepção e a Crítica da Razão Impura”. In: *Revista Comunicação e Linguagem*. Lisboa, junho, 1986, p. 59.

⁹² MEDINA, Cremilda (org.). *Novo Pacto da Ciência*. São Paulo: ECA/USP, 1991, p. 197.

⁹³ CRUZ, M. T. op. cit.

⁹⁴ CARVALHO, J. op. cit. pág. 29.

⁹⁵ Entrevista 05.

- Perspectiva, pág. 244.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1991, pág. 195.
- MEDINA, Cremilda (org.). *Novo Pacto da Ciência*. São Paulo: ECA/USP, 1991, p. 197.
- MEDINA, Cremilda. *Notícia: um produto à venda*. São Paulo: Summus, 1988.
- PRIGOGINE, Ilya e STENGER, Isabella. *A Nova Aliança: metamorfose da ciência*. Brasília: Universidade de Brasília, 1984, p. 5.
- PRIOLI, Gabriel. TV Globo. Entrevista 04.
- ROUANET, Sérgio Paulo. “Razão e Paixão” in: *Os Sentidos da Paixão*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988, pág. 461.
- SANTOS, Boaventura Souza. *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989, págs. 65 e 66.
- VIRILIO, Paul. *A Guerra Pura: a militarização do cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

* * * * *